

**A CONDIÇÃO DE CLASSE SOCIAL:
NOTAS TEÓRICAS E EXPLICATIVAS
SOBRE O CONCEITO**

***THE CONDITION OF SOCIAL CLASS:
THEORETICAL AND EXPLANATORY
NOTES ON THE CONCEPT***

Thiago Bazi Brandão¹

RESUMO: Trata-se de ensaio teórico, de revisão de literatura, sobre a temática das classes sociais. Fundamenta-se nos estudos de autores nacionais e internacionais que apoiam-se na base da obra de Karl Marx e Friedrich Engels. Por isso, verificam a validade deste conceito nas relações sociais de produção e no embate entre os detentores dos meios de produção e aqueles que possuem apenas a sua força de trabalho para vender. O texto envereda por diferentes classificações sobre classes sociais, a partir de critérios particulares, do tipo renda, propriedade, direitos e outros, mas deixa claro que é contexto histórico-estrutural o elemento explicativo determinante.

Palavras-chave: Classe, Marx, Luta de Classes, Consciência de Classe.

¹ Possui graduação em Serviço Social pela Universidade de Brasília (2003), mestrado em Política Social pela Universidade de Brasília (2007) e doutorado em Política Social pela Universidade de Brasília (2015). Está iniciando o Pós-Doutorado em Política Social na UnB. Atualmente é consultor técnico legislativo - Câmara Legislativa do Distrito Federal e docente da Faculdade Laboro e professor de cursinho para concurso e tem experiência em vídeo aulas. Tem experiência na área de Serviço Social, Direitos Humanos, Mediação de Conflitos, com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho do assistente social, burocracia, direitos humanos, projeto ético-político e seguridade social.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

ABSTRACT: *This is a theoretical essay, of literature review on the social classes. It is based on the studies of national and international authors based on the work of Karl Marx and Friedrich Engels. Therefore, they verify the validity of this concept in the social relations of production and in the clash between the holders of the means of production and those who only have their workforce to sell. The text encompasses different classifications of social classes, based on particular criteria, such as income, property, rights and others, but makes clear that it is the historical and structural context that is the decisive explanatory element.*

Keywords: *Class, Marx, Class Struggle, Class Consciousness.*

INTRODUÇÃO

Neste ensaio, faremos uma revisão de literatura sobre o conceito de classe social. Partiremos de referenciais internacionais que pautam o debate no campo, especialmente, a obra de Marx e Engels, e em seguida, passaremos por diferentes perspectivas de análise do tema.

1. O CONCEITO DE CLASSE SOCIAL EM DEBATE

O termo classe pode ser apreendido sumariamente como o agrupamento de pessoas dado por um determinado critério de classificação social e econômica. Destarte, entende-se a ideia de classe associada a noção de estrutura social, hierárquica e desigualdade social.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

Bottomore e Outhwaite (1996, p. 95) indicam possibilidades analíticas para o uso da categoria classe social:

O paradigma de classe é uma das abordagens mais bem-estabelecidas para a análise de dados sobre a estrutura social. Dentro desse paradigma, a pesquisa concentra-se em detectar diferenças entre classes sociais com relação a: (a) quota, de cada uma, de bens distribuídos desigualmente; (b) as atitudes e opiniões variadas; (c) o comportamento político e as ações de grupos comuns; e (d) os padrões de mobilidade social.

O conceito de classe social é analisado por Marx (1990) nas relações de distribuição que são expressão *imediata* das relações de produção”. Por isso, privilegia a análise de três grandes classes, a dos trabalhadores assalariados, a dos capitalistas e a dos proprietários fundiários (MARX, 1990). Estes últimos são percebidos como trabalhadores improdutivos, pois servem a reprodução do capital, mas não participam diretamente da sua produção. Haddad (1997) argumenta que a crítica comum da teoria de classes de Marx defende que o aumento dos trabalhadores de escritório – corroborada por Weber – implicou a criação de uma nova classe, às vezes nomeada de classe média, no entanto, a diferenciação destes sujeitos constituindo uma nova classe se processou apenas para alguns segmentos, que

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

assumiram uma condição de *status* diferenciada, gozando de privilégios e de acesso restrito a determinados poderes e direitos.

Como assevera Marx (2010, p.25) o debate ensejado na obra *A questão judaica* “aparece como ponto de partida de uma crítica dos limites da Revolução Francesa e da retórica dos direitos do homem”, porquanto as revoluções burguesas propiciaram conquistas de direitos, mas não libertaram a humanidade dos grilhões da exploração. A substituição de Deus, pelo Estado e o Dinheiro, como ressalta o autor, mantém a mistificação da realidade, apenas mudando o rótulo que separa o véu das aparências da essência da dominação capitalista.

Em um esforço de discutir o conceito de classe social, Santos (1982) revisita as análises históricas que buscaram pensar as formas de divisão da sociedade, passando por momentos marcantes, como a Grécia e Roma antiga, em que a sociedade estava dividida por escravos e cidadãos, depois trata da Revolução Francesa e da estratificação da sociedade em três Estados, que incluía a aristocracia e clero, a burguesia e os trabalhadores (urbanos e camponeses). Encontra mais adiante, nas obras de Adam Smith, Proudhon e Rousseau, reflexões que consideram a propriedade o fator de divisão das classes sociais. Marx vai se destacar ao tentar sistematizar o conceito de classes, tarefa inconclusa em sua obra que abriga uma diversidade de interpretações em torno deste conceito.

Santos (1982) considera que o pensamento marxiano indica níveis diferenciados para se proceder à definição do conceito de classe, a saber: o modo de produção, a estrutura social, a situação social e a conjuntura. Esses níveis revelam a necessidade de tratar o tema na sua processualidade histórica. Considerar o modo de produção implica olhar as classes frente ao desenvolvimento das forças produtivas em determinado estágio da civilização, bem como diante das relações sociais de produção, ou seja, de como os sujeitos se organizam para produzir. Logo, cada modo de produção desenvolve uma estrutura social configurada historicamente em que se encontram variações do modo de operacionalização da acumulação capitalista que vai repercutir nas formas de exploração da força do trabalho, bem como nas relações sociais e nas lutas de classes ensejadas por esse sistema. Para Santos, (1982, p.25) o nível da situação social remete a “descrição de uma sociedade concreta” em que se torna possível verificar a multiplicidade de contradições camufladas pela aparência turva do real, como

os problemas de contradições entre os interesses de uma classe e seus interesses imediatos, as contradições entre os seus interesses de classe e suas origens históricas; entre sua mentalidade condicionada pela estrutura existente, os valores de estratificação social, relações de tipo racial, etc, e os interesses de classe que condicionam as possibilidades de sua

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

atuação de classe. (SANTOS, 1982, p. 27).

Para fechar o rol de níveis de análise do conceito de classe Santos, T. (1982) aponta a necessidade de se pensar a conjuntura que apresenta o molde concreto da dinâmica de composição das classes em um momento histórico e em um espaço geograficamente situado. Por isso, as críticas que sinalizam uma miríade de classes descobertas e analisadas por Marx, demonstram na sua intimidade níveis distintos de aprofundamento histórico e teórico do conceito de classe social.

Uma polêmica tratada por diversos pensadores marxistas refere-se à vinculação da consciência de classe com a existência de uma classe social. Santos, (1982) dissocia estas duas concepções, pois ao se considerar a estrutura social, a situação social e a conjuntura torna-se possível visualizar classes sociais apropriadas ou não de uma consciência de classe. Santos (1982, p.36) procura sistematizar alguns conceitos derivados de classe para esclarecer o pensamento marxista sobre o tema.

Por consciência de classe se entende a expressão sistemática dos interesses das classes sociais; por ideologia, a operacionalização desses interesses em metas e meios definidos para alcançá-los; por psicologia de classes se entende o modo de pensar e sentir de determinados agregados humanos em uma situação ou momento dado.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

As críticas formuladas ao conceito de classe social elaborado por Marx (2001), foram revisados por Santos (1982) e aqui divididas em cinco eixos:

- O primeiro ponto considera a visão de classe proletária como missionária, redentora, em busca de uma finalidade.
- O segundo ponto sinaliza a existência de conceitos distintos e sobrepostos, às vezes conflitantes.
- O terceiro ponto critica a precisão do número de classes existentes que varia em conformidade com a obra apresentada por Marx.
- O quarto ponto argumenta que o conceito de ideologia formulado por Marx é confuso, pois ora é apresentado como falsa consciência ora como interesses de classe.
- A negligência de análise de alguns grupos ou classes, como a burocracia e os setores da pequena burguesia

Perante as considerações críticas ao pensamento marxiano, Santos, (1982, p. 41) elabora um conceito de classes fundado em quatro dimensões, a saber:

- 1- Agregados de indivíduos
- 2- Básicos na sociedade
- 3- Opostos entre si
- 4- Em relação à sua função no processo produtivo quanto:
 - a) a relações de trabalho,
 - b) propriedade.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

As dimensões constituintes deste conceito permitem, conforme Santos, (1982) realizar investigações concretas das classes em movimento, a partir da análise do processo produtivo, dos interesses sociais, da consciência e da psicologia de classe, que combinados possibilitam uma aproximação mais verossímil com a realidade.

Acrescenta-se a esta discussão o debate sobre as classes médias e a classe dos gestores de empresas, fundos de investimento e ações, que está mais presente nos dias de hoje. Apesar das classes serem considerados grupamentos abertos observa-se que o acesso a uma classe é relativo e condicionado à mudança de percepção sobre o mundo, de estilo de vida, entre outros.

Sorokin (1969, p.84), por sua vez, no movimento teórico de conceituação de uma classe social apresenta características que a identificam como um grupo que é, a saber:

a) legalmente aberto, mas de fato semifechado; b) “normal”; c) solidário; d) antagônico a outros grupos (classes sociais) da mesma natureza geral; e) organizado em parte, mas principalmente quase-organizado; f) cômico apenas parcialmente de sua própria unidade e existência; g) característico da sociedade ocidental dos séculos XVIII, XIX e XX; h) um grupo com múltiplos laços, cujos limites são dados ao mesmo tempo por dois vínculos específicos – ocupacional e econômico (ambos tomados em mais ampla acepção)

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

– e por um vínculo de estratificação social, este no sentido de que a totalidade de seus direitos e deveres básicos contrasta com os direitos e deveres essencialmente diferentes de outros grupos (classes sociais) da mesma natureza geral.

A conjunção de elementos apresentados pelo autor permite desenhar os traços típicos das classes, cujos contornos reais apresentam, não necessariamente com a mesma forma indicada na listagem exposta. Os estudos de Fernandes (1975) tentam de forma empírica demonstrar a validade dos conceitos de classe social na América Latina e na cidade de Salvador, respectivamente. Constatam os autores que o tónus das classes sociais vai se moldar a partir da formação sócio histórica e do arranjo próprio das relações sociais de produção e das forças produtivas situadas em determinado espaço e tempo.

Nessa perspectiva o debate sobre a quantidade e qualidade de classes sociais existentes e quais são essas classes aparece insistentemente revelando oposições e contradições das matrizes teóricas existentes, especialmente a marxista e a weberiana. Sorokin (1969, p.89) afirma que no período que vai da Revolução Francesa aos dias de hoje, especificamente na sociedade ocidental, apresentaram-se particularmente quatro classes sociais: “os trabalhadores na indústria, ou classe operária; b) a classe camponesa; c) a classe em decadência dos senhores de terra; d) a classe capitalista”.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

A literatura marxista e a obra marxiana defendem a existência das classes, pois o método da dialética materialista captura da realidade os elementos que permitem ao investigador desvendar as categorias analíticas. Os métodos quantitativos utilizados na Sociologia Americana para a definição de classes baseiam-se na identificação das características de utilização da renda e de modo de vida dos grupos sociais. Neste sentido, brotam os estudos sobre estratificação social, que buscam localizar o indivíduo em uma determinada posição social, considerando a existência de desigualdades no que tange ao acesso a direitos e responsabilidades dos sujeitos.

Os limites da das teses sobre estratificação, além do viés do pesquisador dado pelo critério que se utiliza para estratificar, encontram-se no fato de que as análises resultantes destes estudos estão restritas a descrição de dados empíricos, enquanto que o debate marxiano de classes sociais busca dialogar e relacionar o movimento das classes sociais com as estruturas societais, o que torna o conceito de classe uma categoria analítica. Sendo o critério fundamental para determinar as classes é a sua “relação com os meios de produção” (MARX, 2001)

Antunes e Alves (2004) defendem que a classe trabalhadora sofreu transformações desde sua consolidação, como sujeito político e histórico no século XIX, analisada com rigor por Marx (1990). Antunes e Alves (2004, p. 336) compreendem esta classe como “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, conforme nossa denominação – e que são despossuídos dos meios de produção”. Observam também alterações fundantes no modo de produção capitalista que reconfigurou a condição proletária dos dias de hoje. Expressão da precariedade nas relações de trabalhos encontramos na fragilização dos vínculos empregatícios, nos contratos por tempo parcial, na diminuição do quantitativo de trabalhadores da indústria com estabilidade funcional garantida e na ausência de direitos trabalhistas e remuneração inferiores. As mulheres, conforme Alves e Antunes (2004) são aquelas mais recrutadas nos empregos precários. Os jovens em busca do primeiro emprego, pela desvantagem na negociação com o empregador tem sido recrutado em larga escala para trabalhos repetitivos, desgastantes e precários. Os autores destacam o aumento dos trabalhadores no setor de serviços associado a bloqueios etários aos trabalhadores jovens e idosos, que encontram dificuldades de ingressar ou manter-se no mercado de trabalho.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

O terceiro setor², com o advento do neoliberalismo e a predominância do modelo plural de bem-estar³, tornou-se a alternativa de inserção no mundo do trabalho,

² O debate sobre o terceiro setor é polêmico no campo das ciências sociais, do serviço social e da administração. De forma geral, É possível observar que, embora as várias definições ou tentativas de caracterização apresentem singularidades, todas têm como ponto de interseção o fato das organizações apresentarem algum grau de institucionalização, não visam lucro, atuarem na esfera pública sem pertencerem ao Estado, a existência do trabalho voluntário e, finalmente, tem como finalidade a promoção de ações de bem-estar social. Sob uma concepção crítica, compreendemos, a luz dos estudos de Montaño (2002) o terceiro setor como um instrumento para o processo de reestruturação do capitalismo e sua sustentação com o afastamento do Estado e suas responsabilidades sociais; a sociedade passa a ser regulada pelo mercado pautando-se pelo princípio de liberdade individual. A redução do Estado implica na área social, na participação de setores da sociedade como ONGs, Igrejas, para suprir a falta deste. O terceiro setor surge com a intenção de romper com a dicotomia público e privado ou Estado e mercado. No entanto, não rompe com a dicotomia, mas une as duas criando uma terceira. De acordo com Montaño (2002), o terceiro setor é uma ideologia que concebe a sociedade como sendo harmônica, ignorando as lutas de classes. É um retrocesso no processo democrático, tornando o cidadão menos favorecidos economicamente dependentes quase que exclusivamente de ações voluntárias da sociedade civil, de modo que estes deixam de ser sujeitos de direitos para serem beneficiários.

³ Pereira(2004) define o pluralismo de bem-estar como modelo de proteção social alternativo ao Estado de Bem-Estar, que emerge conjugado às políticas neoliberais, reduzindo a responsabilidade estatal e transferindo-a para a sociedade, família e mercado. As consequências deste modelo são observadas nas políticas sociais focalizadas, fundamentadas nos testes de meios para o acesso aos direitos.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

apesar de não apresentar as mesmas condições do mercado formal de trabalho. Constata ainda Alves e Antunes (2004) o incremento do número de trabalhadores em domicílio, transnacionais, que a distância prestam serviços, em algumas circunstâncias diuturnamente, para grandes ou pequenas corporações. Por outro lado, não fazem parte da classe trabalhadora

... os gestores do capital, pelo papel central que exercem no controle, na gestão e no sistema de mando do capital. Estão excluídos também os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural que é proprietária e detentora, ainda que em pequena escala, dos meios de produção. E estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação (ANTUNES; ALVES, 2004, p.343).

Alves e Antunes (2004) concluem que a classe trabalhadora está constituída por uma miríade de formas de inserção no mundo do trabalho que variam em termos de acesso a direitos e condições de trabalho, mas que integram um núcleo comum, qual seja, daqueles que nada possuem para garantir a sua sobrevivência, apenas a força de trabalho. A questão que fica das análises apresentadas é: seria possível dar unidade na forma de uma consciência de classe a um grupo tão heterogêneo de trabalhadores?

Polanyi (1980, p.156) analisa o conceito de classe indicando a sua insuficiência para a interpretação das

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

transformações sociais, pois “os interesses da classe oferecem apenas uma expressão limitada para os movimentos das sociedades à longo prazo”. Inclui para a reflexão a necessidade de se pensar as disputas pelos domínios não materiais relacionados a: status, estabilidade, segurança e outros fatores motivadores das mudanças sociais.

Polanyi (1980) analisa a transformação processada na sociedade dos séculos XVIII e XIX a partir da emergência da instituição mercado capitalista. No entanto, não atribui a classe burguesa a responsabilidade por essa revolução, tendo em vista que sua percepção de classes, leva em consideração a formação de interesses difusos, concentrados, dispersos, a depender do contexto de que se trata. Assim, nesta perspectiva Polanyi (1980, p.157) afirma que “os interesses de uma classe se referem mais diretamente à sua posição e lugar, ao status e segurança, isto é, eles são basicamente não econômicos e sociais”.

Ao resgatar a obra marxiana, Frederico (2009), concebe as classes como fruto da divisão estrutural da sociedade dada pelas relações sociais de produção, contrapondo-se a percepção típica da visão estratificada da sociedade que percebe as classes sociais, conforme renda e ocupação. Para este autor, esta visão é simplista e não consegue absorver as contradições e direcionamentos apontados pelos sujeitos frente às determinações da realidade.

Beluche (2002), por sua vez, apresenta o seu debate criticando a visão tradicional de classe social

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

marxista, que só enquadra como representante da classe proletária os operários. Para tanto, identifica o elemento comum dos trabalhadores, independente do lócus ocupacional, a condição de assalariamento, como requisito para a sobrevivência dos trabalhadores, que implica a necessidade da venda da força de trabalho para o detentor dos meios de produção, a classe burguesa. Marx qualifica o trabalho produtivo, como aquele que é o gerador de mais valia, ante a isso Beluche (2002) desconsidera a possibilidade de se estabelecer uma distinção na condição de classe dos trabalhadores produtivos e dos improditivos, considerando a aumento destes últimos no cenário capitalista contemporâneo.

A discussão sobre as distinções entre o trabalho produtivo e o trabalho improditivo é tensa nos debates marxistas. Recorrendo aos estudos de Marx (1990) vamos perceber que o trabalho produtivo é aquele responsável pela criação de valor de troca, portanto, associado a produção de mais valia. O trabalho improditivo tem utilidade para o processo produtivo capitalista, mas não gera diretamente mais valia, como é o caso dos servidores públicos, por exemplo de professores de escolas técnicas, que formam mão de obra para o mercado de trabalho, que estarão inseridos em processo de geração de mais valia. Neste sentido, a distinção sobre trabalho produtivo e improditivo não está ligada ao setor em que o trabalho está sendo realizado, agrícola, industrial ou serviços, mas sim a capacidade de geração de mais valia (LESSA, 2009).

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

Beluche (2002) assevera que os trabalhadores do Estado e do comércio não representam um conjunto a parte da classe trabalhadora, pois estes realizam indiretamente o mais trabalho para o capitalista, mesmo não gerando eventualmente lucro ou mais valia. Beluche (2002) qualifica de formas transitórias de trabalho aquelas em que a habilidade ou o conhecimento acumulado pelo autor geram um produto concreto, que pode ser plenamente apropriado pelo autor ou feito como objeto de troca apropriado mercantilmente pelo capitalista, tendência comum na contemporaneidade no trabalho artístico e de cuidados. Além deste grupo, Beluche destaca o papel dos trabalhadores que tem a sua condição de espoliados, mas ao mesmo tempo representam o discurso capitalista de controle da mão de obra, como o fazem os capatazes, chefes, gerentes, supervisores e grandes gestores, uns mais outros menos próximos da condição capitalista.

Offe (1989) desnuda as relações, ou melhor, lutas entre os trabalhadores e burgueses no mercado de trabalho mostrando que convivem relações desproporcionais de riscos entre a oferta de força de trabalho e a demanda, além disso, acrescentamos que a depender da condição ocupacional, social, de gênero, faixa etária, raça e etnia os riscos podem se agravar. A desvantagem estrutural do trabalhador frente ao mercado de trabalho assume dimensões variáveis a depender do tipo de inserção no mundo do trabalho. Offe (1989, p.58) apresenta assim quatro tipos de inserção no mundo do trabalho:

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

- a) As partes inativas da população – asseguram sua reprodução a partir de direitos adquiridos ou garantias de sustento (ex: crianças, estudantes colegiais, donas de casa, doentes crônicos e rentistas). Sua função produtiva não está regulada por contratos de trabalho, mas por direitos e obrigações vinculados ao status.
- b) Desempregados – aqueles que “procuram emprego por conta própria”.
- c) Empregados – “que estão ocupados de modo dependente, encontrando-se em relações de trabalho não denunciadas. Neste grupo tem lugar uma contínua troca de força de trabalho por renda monetária, no contexto dos contratos de trabalho”.
- d) Autônomos – por possuírem bens de produção, com eles podem combinar sua força de trabalho, não precisando vendê-la.

De acordo com Offe (1989) para os ofertantes a disputa está em obter maiores e melhores níveis de qualificação que o permita competir com os demais trabalhadores. Essa tese pode ser comprovada na disputa acirrada por vagas nos concursos públicos que tem gerado a profissão do “concurseiro” aquele que se qualifica e adquire conhecimentos estratégicos dirigidos a obtenção de um lugar no serviço público, locus no qual os direitos sociais estão mais consolidados em relação aos trabalhadores precarizados⁴. Offe (1989, p.66) ao

⁴ Nos capítulos 2 e 5, vamos identificar as particularidades dos direitos dos servidores públicos, o que os coloca em um espaço laborativo

argumentar sobre os determinantes da condição do trabalhador, nos traz mais um indicativo da condição diferenciada de poder dos servidores públicos frente aos demais segmentos dos trabalhadores(o)

A situação de cada trabalhador pode ser entendida como o resultado combinado de dois fatores: desnível global e médio de poder, existente entre os lados da oferta e da demanda no mercado de trabalho – que representa um diferencial primário de poder – e um diferencial secundário de poder, resultante de diferenças entre as chances de cada grupo específico da força de trabalho de, apesar daquele diferencial primário de poder, conseguir êxitos nas suas estratégias de adaptação.

É fato que as estratégias individuais beneficiam poucos trabalhadores, o que tem demandado ações coletivas que apresentam maiores condições de obtenção de resultados para os trabalhadores, incluindo políticas de qualificação profissional ou acordos para protegê-los contra ameaças de demissão.

Para Beluche (2002) a condição do servidor público aproxima-se da classe operária, pois ele não detém os meios de produção, logo tem de vender a sua força de trabalho. O servidor público não é o detentor do processo de trabalho, já que este é determinado pelo Estado em

cobiçado por trabalhadores, nesta época de altas taxas de desemprego, de crescimento do trabalho precário, temporário e informal.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

termos legais, principalmente, as suas atribuições. O servidor público trabalha mais do que efetivamente é o preço pago pela sua força de trabalho, logo está submetido a uma relação de exploração. Como afirma Beluche (2002, p. 121) o servidor público realiza “um serviço, prestado pelo Estado, para garantir as condições gerais do funcionamento da sociedade capitalista”. O trabalho excedente do servidor público serve para potencializar o capital, tendo em vista que o Estado tem entre as suas atribuições prover a infraestrutura para o desenvolvimento do capital e também compartilhar os seus recursos arrecadados socialmente, via fundo público com o capital rentista e financeiro.

O autor desta tese defende o viés que credita ao servidor público a capacidade de mediar as relações entre serviço público e a população. Tal ação contribuiria para ensejar práticas pedagógicas nas diferentes modalidades de políticas públicas. O servidor tem a prerrogativa de valorizar a fala, os interesses e as atitudes da população dada sua proximidade com os usuários dos serviços públicos.

A análise da sociedade sob o enfoque da divisão em classes já foi alvo de investigações por parte de Aristóteles, São Tomás de Aquino, Smith, Saint-Simon e Proudhon, os quais já percebiam a existência de relações desiguais de classe. Marx, no entanto, foi o expoente maior destes estudos na medida em que não se limitou a identificar as classes sociais existentes, mas trouxe à tona elementos como a consciência e a luta de classes

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

indissociáveis da produção e reprodução das relações de desigualdade.

Considerando a ação dos sujeitos no processo das políticas públicas, podemos visualizar interesses em conflito na arena política, que podem ser decorrentes, a partir de uma leitura de classe de Marx, da luta entre os interesses do trabalho e os da capital, Marx (2001), no “Manifesto do Partido Comunista”, argumenta que no modo de produção capitalista existem duas classes em confronto, a saber: o proletariado, que só detém a sua força de trabalho (e da sua prole), e a burguesia, detentora dos meios de produção. Em outros estudos, como no livro “Dezoito Brumário de Louis Bonaparte”, Marx (2000) desenvolve a noção de frações de classe da burguesia e do proletariado, mas que estariam sempre remetidas aos interesses do capital ou do trabalho.

Destacamos que Marx aponta a existência de classes fundamentais para o modo de produção capitalista, mas não exclui a existência de um conjunto diversificado de classes sociais, que são melhor identificadas em análises históricas concretas. No estudo sobre luta de classes na França ou no “Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte”, as classes são lidas sob o enfoque marxiano a partir do papel desempenhado na produção. Destarte a posição ocupada em termos de renda, consumo e riqueza resulta da participação das classes no processo produtivo, validado pela propriedade que possui.

A investigação das classes deve ser realizada sob a acepção marxiana considerando dois níveis, como

salientado por Duriguetto e Montañó (2011, p. 91-92), a dimensão do modo de produção e o da formação econômica e social. Esta última dimensão apresenta o tom concreto da realização das classes e indica a existência de uma multiplicidade de classes sociais. A classe burguesa, por exemplo, na atualidade, apresenta contornos determinados pelo tipo de propriedade, cada vez mais variado, seja renda no mercado financeira, industriais, propriedades de terra, entre outros. Já a classe trabalhadora que é determinada pela necessidade da venda da sua força de trabalho se mostra no cenário contemporâneo moldada por formatos diversos, seja do trabalhador desempregado, do trabalhador elitizado com altos salários, do trabalhador informal, do trabalhador que depende dos benefícios sociais.

Para Poulantzas (1975, p.14), que entende o Estado como jogo das contradições e conflitos entre a classe burguesa e as frações desta classe, a definição de classe é assim descrita:

(...) seu lugar no conjunto das práticas sociais, isto é, pelo seu lugar no conjunto da divisão social do trabalho, que compreende as relações políticas e as relações ideológicas. A classe social é, neste sentido, um conceito que designa o efeito de estrutura na divisão social do trabalho (as relações sociais e as práticas sociais). Este lugar abrange assim o que chamo de determinação estrutural de classe, isto é, a própria existência da

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

determinação da estrutura – relações de produção, lugares de dominação-subordinação política e ideológica – nas práticas de classe: as classes só existem na luta de classes.

Duriguetto e Montaño (2011) salientam que as classes apresentam formas de enfrentamento, ou seja, mecanismos de organização e manifestação que podem contribuir para a mudança social. Estudos desenvolvidos por Braverman (1987) denotam a existência de uma pluralidade de classes sociais que provocam a perda da identidade de classe, especialmente trabalhadora, o que coloca em xeque a ideia de revolução proletária. O próprio advento e crescimento das classes médias, estudadas pelo mesmo autor, demonstra a tendência ao enfraquecimento da luta da classe operária, nos moldes estudados por Marx ainda no século XIX.

A miríade de formas assumidas pela classe trabalhadora afeta a noção de classe para si, cunhada por Marx, que designa o sujeito histórico das lutas. A organização desta classe está fracionada por interesses corporativos e localizados, dada a imersão possível realizada na vida cotidiana, em que prevalece a imediatividade dos interesses privados⁵.

⁵ Para Duriguetto e Montaño (2011, p. 113) (...) vistas no nível mais concreto, das variadas formações econômicas e sociais, no nível das relações diretas entre as pessoas, da complexa e heterogênea gama de classes, subclasses e setores sociais, remetemo-nos a um processo muito mais complexo do que a polarização capital e trabalho: existem

Poulantzas (1977, p. 77) incursiona sua análise da obra Marx, “18 Brumário de Louis Bonaparte”, e identifica a força social do papel dos camponeses na luta de classes. O citado autor contrasta o caso Bonapartista da França, com a Alemanha no contexto de Bismarck, e observa que na Alemanha os camponeses não ocuparam o papel de classe distinta, tendo em vista a prevalência de aspectos feudais na composição do Estado Alemão. Extrapolando a tese das forças sociais exercidas pelos grupos em contextos históricos e nacionais específicos, podemos perceber no Brasil a emergência da classe camponesa com as ligas camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, responsáveis por negociar direitos à população rural dantes escravizada.

Com foco no objeto de estudo vemos que a burocracia, com feições patrimoniais, atuou historicamente como força social buscando a sua manutenção nos postos de poder. Independente do vínculo político e patriarcal exercido, esse grupo procurou manter seu posto na máquina do Estado recorrendo a sua

aqui confrontos no interior das classes, entre setores segundo suas particulares formas de inserção e relações de produção – pensem-se os conflitos entre um camelô e um balconista de uma loja no mesmo espaço comercial, ou entre um operário desqualificado e um trabalhador administrativo da mesma fábrica, ou entre trabalhadores subcontratado que concorrem entre si pelo mercado, ou, ainda, entre um pequeno proprietário industrial e a empresa monopolista do ramo, e entre o dono de capital financeiro e o possuidor de capital produtivo, dentre tantos possíveis exemplos.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

experiência e práticas acumuladas no seio do aparelho do estatal.

Poulantzas (1977) formula conceituação própria para definir os grupos sociais que emergem da complexificação das relações sociais e da luta de classes na sociedade capitalista, avançando em relação a Marx que não precisou destes termos. Poulantzas (1977, p.83) defende que o termo camada expressa “certas franjas-limites das classes, categorias e frações que pode, sem serem forças sociais, influir na prática política daquelas” e cita como exemplos a aristocracia operária, a alta administração burocrática, entre outros.

Cabe, a título de conceituação apresentar as variações no interior das classes, designadas por Poulantzas (1977, p. 81-82), de modo a selarmos parâmetros da leitura marxista sobre as formas assumidas pelas classes no cenário contemporâneo.

(...) a) por categorias sociais, poderemos entender, particularmente, conjuntos sociais com ‘efeitos pertinentes’ – que podem tornar-se, como Lenin mostrou, forças sociais – cujo traço distintivo repousa na sua relação específica e sobredeterminante com outras estruturas além das econômicas: é nomeadamente o caso da burocracia, nas suas relações com o Estado, e dos intelectuais, nas suas relações com o ideológico.

(...) b) designamos por frações autônomas de classe as que constituem o substrato de eventuais forças sociais, por frações, os

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

conjuntos sociais suscetíveis de se tornarem frações autônomas: isto segundo o critério dos “efeitos pertinentes”

c) poderemos reservar o termo camadas sociais para indicar os efeitos secundários da combinação dos modos de produção, em uma formação social, nas classes – é o caso da “aristocracia operária” de Lenin – nas categorias – por exemplo, as cúpulas da burocracia e da administração de que fala Lenin – e nas frações

Dirigindo-nos a outra corrente teórica temos a definição de Weber (2004, p.176) de classe:

(1) certo número de pessoas que têm em comum um componente causal específico em suas oportunidades de vida, e na medida em que 2) esse componente é representado exclusivamente pelo interesse econômico da posse de bens e oportunidades de renda é representado sob as condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho.

Sendo assim, a situação de classe é o elemento constituinte da classe. Nessas ações sociais conflitantes entre os agentes econômicos, há grupos que são beneficiados de antemão, pois tem melhores oportunidades; em outros termos, existem os não-proprietários e os proprietários. A ação dos membros das classes é resultante dos diferentes recursos empregados na luta por um espaço no mercado, assim os

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

proprietários utilizam seus bens, por exemplo, e os não proprietários, lançam mão da sua força de trabalho para ofertá-la no mercado. Os não-proprietários, ou melhor, os trabalhadores distinguem-se pela qualificação no trabalho que repercute no serviço oferecido e na posição ocupada no mercado de trabalho (comerciário, industrial, servidor público, etc.), bem como pelo seu pertencimento a um grupo (sindicatos, associações e outros) e pela maneira que racionalmente utilizar os meios para a efetivação de seus objetivos (ação societária), tal como o fazem os sindicatos.

Sob esse entendimento, os trabalhadores do Estado, os servidores públicos, constituem uma classe com interesses específicos, situada em um contexto particular, cuja relação entre empregado e patrão é selada por um vínculo legal e simbólico que os distingue das outras classes de trabalhadores. Poderíamos perguntar, se esses interesses não são em última instância do trabalho? Sim, mas de uma relação de trabalho restrita e própria, diferente dos trabalhadores comerciários, industriais, bancários e informais (ou precarizados) e que apresentam outras fontes de luta, especialmente, no que se refere às relações de poder. Ou seja, esse grupo não está envolvido com os interesses da classe trabalhadora como um todo, e sim com a sua relação específica de trabalho.

Esse debate se amplia na sociologia contemporânea em função da noção de “classe média”. O surgimento deste termo conforme Bottomore e Outhwaite (1996) se deve a emergência das profissões de “colarinho branco”

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

que buscavam se diferenciar dos operários em função do exercício de atividades de gestão e planejamento de processos de trabalho. Poulantzas (1994) qualifica de nova pequena burguesia, especialmente os trabalhadores dos serviços não filiados à ideia de operariado. O fato é que esse agrupamento aumenta exponencialmente nas sociedades, mas sua atuação é mais individualizada como relata Beck (2010), o que dissolve, para esta concepção teórica, a definição tradicional de classe marxiana, conforme veremos a seguir.

Para Giddens (1994) o sistema de classes contemporâneo está complexificado e os embates não se limitam às relações entre burgueses e proletários, pois vigem conflitos entre capitalistas industriais e financeiros, pequenos proprietários e grandes corporações do mesmo ramo de atuação, além das disputas que se estabelecem entre trabalhadores estáveis e precarizados e ou desempregados em que a qualificação profissional e a experiência no ofício constituem credenciais que distinguem estes sujeitos no mundo do trabalho. A classe refere-se, nesta perspectiva, às condições objetivas de determinados sujeitos que possibilita maior ou menor acesso a recursos econômicos.

Gorz (2007) destaca ainda o debate sobre a sociedade dual, separada por administradores profissionais com uma condição econômica, de *status* e ocupação profissional diferenciada em relação a um enorme grupo que constitui a mão de obra periférica e flutuante, que exerce atividades mais simples, com menor *status* e

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

remuneração. Esse processo afetou diretamente a organização dos trabalhadores, via sindicatos, bem como a conquista e defesa de direitos historicamente consagrados.

Importa ressaltar que essa dualidade se expressa nos diferentes espaços ocupacionais, mais costumeiramente percebida na divisão entre trabalhadores de colarinho branco (gestores, executivos, entre outros) e trabalhadores de colarinho azul (operários, trabalhadores manuais, entre outros). Ilustrativa a composição da administração pública federal brasileira que ao mesmo tempo em que valorizou carreiras de “Estado”, como os especialistas em políticas públicas ou regulação, terceirizou atividades operacionais, despreocupando-se com as condições de trabalho de grande parcela dos trabalhadores que servem a máquina estatal.

Antunes (2005), por sua vez, anuncia a perspectiva de integração do conjunto da classe trabalhadora, tanto aquela que despossa de concessões e benesses do capital como a outra parcela terceirizada, subempregada, desempregada que encontra-se em condições precárias de trabalho. A proposta de aglutinação da classe que vive do trabalho representa potencialmente uma força estratégica para o enfrentamento da lógica do capital, contudo não parece ser uma saída factível tendo em vista a estratificação dos trabalhadores, observamos modos de vida e percepções das relações sociais muito distantes o que pode dificultar a aproximação destes segmentos.

Offe (1989, p.54), por outra via, argumenta que existem também as estratégias corporativas que reduzem a

colisão individual entre trabalhadores, mas tensionam as relações entre grupos de trabalhadores, que podem estar no contexto da mesma classe que vive do trabalho, como indica a seguir

O recurso a aquisição ou defesa de vantagens grupais de *status* no mercado de trabalho apresenta-se como um deslocamento do diferencial de poder entre a oferta e a demanda no mercado de trabalho, para dentro da própria oferta, isto é, como uma superação do diferencial de poder entre os lados da oferta e da demanda, através do estabelecimento de um novo diferencial de poder entre grupos de ofertantes de mão-de-obra, estrategicamente melhor ou pior situados.

O movimento descrito por Offe (1989) sobre a luta dos trabalhadores pela manutenção do seu espaço de trabalho responde à proposição de Antunes (2005) de agrupamento do conjunto da classe trabalhadora. O mundo do trabalho na sua dinâmica fragmentadora, complexa e heterogênea, como nos diz Antunes (2005), estabelece condições adversas tais que impulsionam a agregação dos trabalhadores por semelhança e em circunstâncias específicas a competirem com segmentos distintos de trabalhadores. Forja-se uma luta de classes por melhores condições de trabalho e vida no cerne da classe que vive do trabalho. Galvão (2007) mostra em estudo sobre as repercussões do neoliberalismo sobre a classe trabalhadora

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

no Brasil em que medida os interesses dos trabalhadores do setor público foram cindidos em relação aos trabalhadores do setor privado. Para isso, a autora citada recorreu ao exemplo da atuação da Força Sindical na década de 1990 e nos 2000, quando esta fez campanhas em detrimento dos direitos e salários dos servidores públicos.

Alves (2005) observa que o fracionamento das classes sociais é aguçado com a implantação dos novos arranjos de gestão do trabalho de tal modo que se forma uma classe de pensadores, bastante qualificados que desposa de certa estabilidade e benefícios específicos ao passo que emergem os “subproletários tardios”⁶ que executam tarefas manuais, com baixa exigência de qualificação, baixos salários e contratos flexíveis. “O novo e precário mundo do trabalho” (ALVES, 2005, p. 66) mostra uma brutal estratificação na condição de trabalhador, acirrando as disputas por melhores postos de trabalho. Basta observarmos estabelecimentos comerciais, repartições públicas, escritórios de profissionais liberais, residências, condomínios, trajés, entre outros aspectos que denotam as diferenças geradas nas vidas das pessoas pelo

⁶ Desse modo, o que denominamos subproletarização tardia é constituída pelos trabalhadores assalariados em tempo parcial, temporários ou subcontratados, seja na indústria, seja nos serviços interiores (ou exteriores) à produção do capital. Nesse caso, tende a predominar o que alguns sociólogos e economistas denominam “informalização” nas relações de trabalho (um eufemismo para a nova precariedade do trabalho assalariado).

tipo de trabalho e direitos que despoja. A solidariedade de classe é fraturada pela diversificação do mercado de trabalho, ao passo que os sistemas de proteção social também são afetados por essa nova dinâmica capitalista.

o desenvolvimento do sindicalismo vai ocorrer numa perspectiva de mera adaptação à nova ordem do capital, na qual, o sindicato deve torna-se um apêndice do capital, um mero gestor da participação dos trabalhadores na produção do capital assumindo um cariz neocorporativo, estreito (e excludente), perdendo seus laços políticos com a luta pela emancipação social e econômica do trabalho (ALVES, 2005, p.96)

A leitura de Beck (2010) das transformações no mundo do trabalho castigou para o autor a ideia de classe trabalhadora, inaugurando o período das classes trabalhadoras, cada vez mais estratificadas. Beck (2010) é um dos autores contemporâneos que defende a tese do fim das sociedades de classes. Beck (2010, p.108) defende que nos tempos de hoje as desigualdades foram intensificadas, mas ganhando nova formatação em que as distâncias individuais aumentam em relação às desigualdades de classe, pois “de modo tendencial, surgem formas e situações existenciais individualizadas, que obrigam as pessoas a colocarem-se a si mesmas – por conta de sua própria sobrevivência material – no centro da criação e da execução de seus próprios planos de vida”. Beck(2010)

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

argumenta que o fenômeno do “efeito elevador”, identificado na Alemanha, não pode ser percebido se adotarmos um olhar a partir das classes, pois as desigualdades entre as grandes classes não foi alterada, mas aos sujeitos individualizados as circunstâncias foram deterioradas agravando as condições de vida dos indivíduos pauperizados e por outro lado, criando um mundo das mil maravilhas restrito a poucas famílias. O autor mencionado, diz mais, que estas pessoas são responsabilizadas totalmente pela situação de precariedade e desemprego que vivenciam. Consta

um afastamento geral entre, de um lado, empresários e trabalhadores autônomos, e de outro, todos os demais trabalhadores. Isto vai acompanhado de uma proteção crescente da parte da população que está firmemente integrada no mercado de trabalho, que globalmente se contrai, e de uma minoria cada vez menos minoritária que, na zona cinzenta da desocupação, do subemprego e do desemprego permanente, vive às expensas de recursos públicos sempre mais escassos ou do trabalho informal ou clandestino. (BECK, 2010, p.135)

O desemprego que inicialmente era temporário vai impregnar-se no sujeito, tornando-se uma marca social. A responsabilidade da condição de desemprego passa a ser exclusiva do desempregado, lançado a sua própria sorte para resolver esta situação. Para Beck (2010) saímos de

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

uma sociedade de classes para uma sociedade de risco, em que os indivíduos não encontram portos de sustentação solidária para enfrentar os riscos considerados destinos individualizados. A visão do autor deve ser criticada na medida em que desconsidera a processualidade histórica da abordagem marxiana do conceito de classe, ou seja, não admite mudanças na configuração das classes estabelecida pela situação social, conjuntura e estrutura do modo de produção capitalista na sua roupagem atual, em que há a hegemonia do capital financeiro, a expansão do setor de serviços e das relações informais de trabalho.

2. EM SÍNTESE CLASSE É?

De modo a capturar os aspectos fundamentais do debate sobre classe buscaremos os estudos de Iasi (2011) para extrair as principais críticas e os determinantes desta construção histórica e teórica.

Iasi (2011) discute a validade do conceito de classe marxiano na atualidade, considerando o debate forjado por autores, como Dahrendorf (1982), Adorno (1998), Waizbort (1998), Beck (2010), que indagam a adequação do termo ao cenário atual. Destacam que a ideia de classe não representa mais uma identidade coletiva, capacidade de agregação dos sujeitos coletivos em torno da transformação societária. Sustentam esta tese apresentando para o debate os novos movimentos sociais que tratam da questão das mulheres, dos negros, das pessoas com deficiência entre outros, como núcleos geradores de

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

identidade coletiva na cena contemporânea. Os mesmos autores indicam que as classes não se fundiram em proletariado e burguesia, mas acabaram se fragmentando ainda mais. Teria ganhado espaço uma classe média constituída por trabalhadores com uma formação profissional especializada e melhores níveis de remuneração. No contexto de diluição dos interesses de classe ganha espaço, conforme Iasi (2011, p.103) “as ferramentas de representação institucional que permitem a gestão de recursos e a sua distribuição”.

Iasi (2011) enfrenta o desafio de discutir o papel revolucionário do proletariado, considerado diminuto, tendo em vista a redução do número de trabalhadores numa condição salarial, a aproximação dos trabalhadores com o capital, inclusive no mercado financeiro, além da fragmentação das classes, que implicou o aumento das desigualdades, emergindo atores em condições de vida e trabalho mais precária, como o exército de desempregados, os trabalhadores inseridos em relações informais de trabalho e as pessoas em situação de rua. Iasi (2011) contesta os argumentos apresentados informando que, desde os anos de 1970, o contingente de trabalhadores cresceu e que mesmo ocorrendo a diferenciação da posição socioeconômica entre os trabalhadores, os projetos societários indicam dos caminhos possíveis, quais sejam: a continuidade da sociedade capitalista com sua tendência burguesa ou a ruptura com o modelo societal burguesa na direção do socialismo. E aqueles que se posicionam na perspectiva da

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

ruptura com o capital tornam-se sujeitos políticos proletários.

Iasi (2011) critica a análise dos autores citados, mas concorda que o estudo de Marx sobre classes ficou inacabado. Entretanto, ainda é possível capturar os elementos que formam o conceito de classe no curso da obra marxiana. A formação do conceito em Marx não é linear, pois o autor busca apreender a processualidade histórica, a totalidade do fenômeno a partir da investigação de suas múltiplas determinações, realizada com aproximações sucessivas. Nesse movimento dialético-materialista Iasi (2011, p.107) procurou contemplar as principais determinações que combinadas aproximam-se de uma definição mais completa de classe, a saber:

- 1- classe seria definida num determinado sentido, pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção;
- 2- pela posição no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase generalizado como único);
- 3- pela consciência que se associa ou distância de uma posição de classe;
- 4- pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social.

Iasi (2011) afirma que essas determinações podem acontecer concomitantemente e contraditoriamente, no

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

sentido de que uma determinada relação com os meios de produção pode se diferenciar da consciência e ação política da classe. Recorre ao exemplo de Marx, que não era um proletário, mas a consciência e sua produção intelectual e política o colocavam numa posição de classe proletária.

Por fim, cabe assinalar a consciência de classe como aspecto determinante para se pensar a formação das classes. Conforme Iasi (2011, p.14) a consciência de classe é o processo estabelecido a partir de uma representação mental (subjativa) de uma realidade concreta e externa (objetiva), formada neste momento, através de seu vínculo de inserção imediata (percepção)”. A formação da consciência acontece em razão das relações vivenciadas nas diversas instituições; dentre família, trabalho, religião e Estado. Se reproduzida tal qual observada na interação com o mundo exterior, esta consciência é uma forma alienada de representação do mundo. Entretanto, se o processo de formação da consciência acontecer de forma crítica em relação aos postulados ensejados pelas relações sociais, desnaturalizando os modos de ser, pensar e agir, assume-se a possibilidade de se forjar uma consciência de classe revolucionária.

A constituição de uma identidade coletiva vem ao encontro da tese da formação de uma consciência revolucionária posto que por meio da organização e da luta sindical constroem-se as possibilidades de superação do status quo vigente. A aquisição da consciência revolucionária situa o indivíduo no seu tempo histórico e

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

social, conferindo-lhe um papel político de interpretar a realidade que o circunda para superar as suas mazelas. Iasi (2011) chama atenção para o fato de que este indivíduo “consciente” de sua condição de classe está em conflito com as instituições e com a ideologia hegemônica e a alternativa para fortalecer-se se encontra na aproximação com os membros de sua classe visando desamarrar-se das raízes dominantes seladas na vida cotidiana. Em síntese, recuperar a noção de classe, na perspectiva marxiana, requer pôr em evidência as potencialidades da classe proletária como agente de transformação social.

Polemizamos, a luz da revisão de literatura, o debate de classes e em síntese, a verificamos que o conceito classe aplicado a realidade torna-se passível de novas formatações em razão dos aspectos sócio-históricos e culturais, conquanto sua raiz permanece, ou seja, a distribuição dos meios de produção, como fator determinante para a identificação do lugar do sujeito nas relações sociais de produção.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani; ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 maio 2017

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses do trabalho e a centralidade do mundo do trabalho. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**: rumo a outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BELUCHE, Olmedo. **Os trabalhadores do Estado e a teoria marxista das classes sociais**. *Marxismo Vivo*, novembro de 2002.

BOTTOMORE, Tom; OUTHWAITE, William. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorde Zahar, 1996.

DAHRENDORF, R. **Class and class conflict in industrial society**. Stanford: Stanford University Press, 1959.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes sociais na América Latina**. São Paulo. Global Editora, 1977.

GALVÃO, Andreia. **Neoliberalismo e Reforma Trabalhista**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 2. ed. Madrid: Alianza Universidad, 1994.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

GORZ, André. **Metamorfoses do trabalho**: crítica da razão econômica. Tradução Ana Montóia. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

HADDAD, Fernando. Trabalho e classes sociais. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 9(2): 97-123, outubro de 1997.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. *Introdução à crítica da economia política*. In: **Para a crítica da economia política**. Coleção Os Pensadores. S.P. Ed. Martins Fontes, 1983, p. 101-125.

_____. **O processo de produção do capital**. O Capital. Lisboa. Ed. Lisboa, vol I e 2; 1990.

_____. Legislação fabril. Clausulas sanitárias e educacionais e sua generalização na Inglaterra. In: **O Capital**, Vol. I, Tomo II. São Paulo, Cultural, 1984.

_____. “Manifesto do Conselho Geral da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a guerra civil na França em 1871”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. V. 2. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1994.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2000.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2001.

_____. **A questão judaica**. Editora Boitempo: São Paulo, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

OFFE, Claus. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PARSONS, Talcott. **Max weber: the theory of social and economic organization**. New York: Free Press, 1964.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Pluralismo de bem-estar ou configuração plural da política social sob o Neoliberalismo**. In: BOSCHETTI, I; PEREIRA, P; CÉSAR, M A; CARVALHO, D (Orgs.) *Política social: alternativas ao neoliberalismo*. Brasília: UnB/Programa de Pós-graduação em Política Social, 2004.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

POLANYI, Karl. **A Grande transformação**: as origens de nossa época. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais do estado capitalista**. Porto: Portucalense, 1971.

_____. *O Estado em crise*. Tradução de Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SANTOS, Theotônio dos. **O conceito de classes sociais**. Tradução de Orlando Reis Petrópolis. Vozes, 1982.

SOROKIN, Pitirim Aleksandrovich. **Novas Teorias Sociológicas**. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1969.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. V.1. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel Cohn. 3. ed. Brasília/ DF. UnB, 1999.

_____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. V.2. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão Técnica de Gabriel

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.

Cohn. Brasília/ DF: Editora da UnB: São Paulo: Ed. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WRIGHT MILLS, C. The Middle Classes in Middle-Sized Cities: The Stratification and Political Position of Small Business and White Collar Strata. **American Sociological Review**, Vol. 11, No. 5 (Oct., 1946), pp. 520-529

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 26, n. 1, 2017.